

# Minerva Comercializadora de Energia Ltda.

CNPJ/MF nº 24.510.849/0001-73

## Relatório da Administração

Srs. Acionistas: Em atendimento aos preceitos legais e estatutários, a Diretoria da Minerva Comercializadora de Energia Ltda., tem a satisfação de submeter à apreciação de V.S.as as Demonstrações Financeiras, acompanhadas de suas correspondentes Notas Explicativas relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 e 2018. Ficamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários. São Paulo-SP, 18 de fevereiro de 2020.

Balancos Patrimoniais referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)				Demonstrações de Resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)				Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)			
Ativo	Notas	2019	2018	Passivo e Patrimônio Líquido	Notas	2019	2018	Capital social	Reservas	Lucros/prejuízo do exercício	Total
<b>Ativo circulante</b>				<b>Passivo circulante</b>							
Caixa e equivalentes de caixa	4	66.019	37.779	Fornecedores	8	233	575	30.000	49.216	-	79.216
Contas a receber	5	128.852	26.811	Obrigações trabalhistas e tributárias	9	1.137	240	25.000	-	-	25.000
Impostos a recuperar	6	5.175	3.483	Outras contas a pagar	10	3.324	2.671	-	-	(23.674)	(23.674)
Outros ativos	7	31.515	15.955	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>4.694</b>	<b>3.486</b>	<b>Saldo em 31/12/2017</b>			
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>231.561</b>	<b>84.028</b>	<b>Passivo não circulante</b>				Integração de capital			
				Impostos diferidos	12	42.576	-	Prejuízo do exercício			
				<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>42.576</b>		Reserva de lucros			
				<b>Patrimônio líquido</b>				<b>Saldo em 31/12/2018</b>			
				Capital social	14	55.000	55.000	Lucro do exercício			
				Reservas de lucros	-	129.291	25.542	Reserva de lucros			
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>184.291</b>	<b>80.542</b>	<b>Saldo em 31/12/2019</b>			
<b>Total do ativo</b>		<b>231.561</b>	<b>84.028</b>	<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>231.561</b>	<b>84.028</b>	<b>55.000</b>	<b>129.291</b>	<b>-</b>	<b>184.291</b>

### Notas Explicativas da Administração às Demonstrações (Em milhares de reais – R\$ – exceto quando indicado de outro modo)

**1. Informações gerais** – A Minerva Comercializadora de Energia Ltda. ("Empresa") foi constituída em abril de 2016, tendo como objetivo social principalmente a atividade de comercialização de energia elétrica, compreendendo a compra, a importação, a exportação e a venda de energia elétrica a outros comercializadores, a consumidores que tenham livre opção de escolha do fornecedor ou a outros agentes permitidos pela legislação aplicável em vigor. A Empresa tem sua sede social localizada em São Paulo, na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, nº 758, 8º andar, conjunto 82, sala C, Bairro Itaim Bibi, CEP 04542-000.

**2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis – 2.1. Base de preparação:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo IASB. As Demonstrações Contábeis da Empresa estão sendo apresentadas conforme Orientação Técnica OPCO 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidência a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão. As principais políticas contábeis adotadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo indicação contrária. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** A Administração da Empresa definiu que sua moeda funcional é o Real (R\$), mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as normas descritas no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) – "Efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis". Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

**2.3. Aprovação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis para o exercício findo em 31/12/2019 foram aprovadas pela Administração da Empresa no dia 18/02/2020. **3. Resumo das principais práticas contábeis:** **a) Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. **b) Uso de estimativa e julgamento:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com a legislação e as normas do CPC, exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados. **c) Apuração do resultado:** O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios e períodos. **d) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósito bancário e aplicações contábeis de liquidez imediata. Vide Nota Explicativa nº 4 para maiores detalhes do caixa e equivalentes de caixa da Empresa. **e) Instrumentos financeiro:** Os instrumentos financeiros da Empresa estão de acordo com o pronunciamento contábil adotado a partir de 01/01/2018 o CPC 48, no qual todos os ativos e passivos estão registrados sob a respectiva prática. **Ativos financeiros:** Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: ativos mensurados ao custo amortizado; valor justo por meio do resultado, ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os ativos são classificados de acordo com a definição do modelo de negócio adotado pela Empresa e as características do fluxo de caixa do ativo financeiro. **Reconhecimento e mensuração:** A Empresa classifica no reconhecimento inicial seus ativos financeiros em três categorias: i) ativos mensurados ao custo de amortização, ii) valor justo por meio do resultado, ou iii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes. **Custo de amortização:** os ativos mensurados ao custo de amortização devem ser mensurados se ambas as seguintes condições forem atendidas: i) os ativos financeiros forem mantidos dentro do modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxo de caixa contratuais e ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas específicas, a fluxo de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. A Empresa deverá reconhecer suas receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment diretamente no resultado; **Valor justo por meio do resultado:** os ativos financeiros devem ser mensurados ao valor justo por meio do resultado apenas caso não se enquadrem em ativos mensurados ao custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A Empresa deverá reconhecer suas receitas de juros, ganhos e perdas cambiais, impairment justamente com outros resultados líquidos diretamente no resultado; **Valor justo por meio do resultado abrangente:** os ativos financeiros devem ser mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente apenas quando as seguintes condições forem atendidas: i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócio cujo o objetivo seja atingido pelo recebimento de fluxo de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e, ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas específicas a juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são classificados em duas categorias: i) instrumentos de dívida: rendimentos de juros calculados utilizando o método do juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido da Empresa, em "Outros resultados abrangentes". No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado, ou ii) instrumentos patrimoniais desses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido da Empresa, em "outros resultados abrangentes" e nunca são reclassificados para o resultado. Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Empresa estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência aos outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria entidade. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, ou seja, data na qual a Empresa se compromete a comprar ou vender o ativo.

**Desreconhecimento ativos financeiros:** os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; nesse último caso, desde que a Empresa tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Se a Empresa deter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, ela deve continuar a reconhecer o ativo financeiro. **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: passivos financeiros ao custo amortizado ou valor justo por meio do resultado. A Administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial. **Passivo financeiro ao custo amortizado:** A Empresa deverá classificar todos os seus passivos financeiros como custo amortizado exceto passivos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado, derivativos passivos e contratos de garantia. Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidas no resultado. A Empresa possui os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamento e debêntures e fornecedores. **Passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado:** Os passivos financeiros classificados

na categoria valor justo por meio do resultado são passivos financeiros mantidos para negociação ou aqueles designados no reconhecimento inicial. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação e, dessa forma, são classificados nesta categoria, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge efetivo. Os ganhos e perdas referente aos passivos financeiros classificados pelo valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado. **• Desreconhecimento Passivos Financeiros:** os passivos financeiros são baixados apenas quando, ele for extinto, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido ao valor justo. **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **f) Contas a receber de clientes:** São apresentadas aos valores presente e de realização, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo são atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações contábeis. É constituída Perda Esperada com Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD) em montante considerado suficiente pela Administração com o monitoramento de créditos e duplicatas vencidas e de risco de não recebimento dos valores decorrentes de operações de vendas a prazo. **g) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Empresa, e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações monetárias ou cambiais incorridos e dos ajustes a valor presente. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **h) Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes são ajustados, quando relevante, ao seu valor presente, e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis. Para o cálculo do ajuste a valor presente, a Empresa considera o montante a ser descontado, as datas de realização e liquidação com base em taxas de desconto que refletem o custo do dinheiro no tempo para a Empresa, o que ficou em torno de uma taxa de desconto de 8,8 % ao ano, apurada com base no custo médio ponderado do capital da Empresa, bem como os riscos específicos relacionados aos fluxos de caixa programados para os fluxos financeiros em questão. Os prazos de recebimentos e pagamentos de contas a receber e a pagar, advindos das atividades operacionais da Empresa são baixos, assim, resultam em um montante de desconto considerado irrelevante para registro e divulgação, pois o custo da geração da informação, supera o seu benefício. Para os ativos e passivos não circulantes, quando aplicáveis e relevantes, são calculados e registrados. Os cálculos e análises são revisados anualmente. **i) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício ou período corrente e diferido das Empresa e suas subsidiárias localizadas no Brasil são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada à 30% do lucro real. As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável, e diferenças relacionadas aos investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam aos impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais, diferenças por adoção de práticas contábeis (IFRS) e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, quando é provável que os lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **j) Benefícios a empregados:** A Empresa não possui benefícios pós-emprego, tais como, planos de contribuição e/ou benefícios definidos. Cabe destacar que, todos os benefícios e licenças remuneradas de curto prazo, assim como participações nos lucros e gratificações estão de acordo com os requerimentos do pronunciamento. **k) Reconhecimento da receita de vendas:** A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos e dos descontos incidentes sobre esta. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas, e os descontos sobre vendas quando conhecidos. Os contratos de compra e venda de energia compreende posições futuras com o objetivo de obter ganhos por variações nos preços de mercado, considerando as suas políticas e limites de risco. Contratos nesta carteira podem ser liquidados pelo valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro (por exemplo: vendendo o contrato antes de seu exercício ou em pouco tempo após a compra realizar venda com finalidade de gerar lucro por flutuações de curto prazo no preço ou ganho com margem de venda). Estes contratos estão no escopo NBC TG 48, consequentemente, são tratados como instrumentos financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado. A demonstração da receita de vendas está demonstrada na Nota Explicativa nº 15. **l) Demonstração dos fluxos de caixa:** A Empresa apresenta os fluxos de caixa das atividades operacionais usando o método indireto, segundo o qual o lucro líquido ou o prejuízo é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros e pelos efeitos de itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento. De acordo com o método indireto, o fluxo de caixa líquido advindo das atividades operacionais é determinado ajustando o lucro líquido ou prejuízo quanto aos efeitos de: i) variações ocorridas no período nos estoques e nas contas operacionais a receber e a pagar; ii) itens que não afetam o caixa, tais como depreciação, provisões, tributos diferidos, ganhos e perdas cambiais não realizados e resultado de equivalência patrimonial, quando aplicável; e iii) todos os outros itens tratados como fluxos de caixa advindos das atividades de investimento e de financiamento. **m) Novos pronunciamentos técnicos adotados:** Foram aprovadas e emitidas as seguintes novas normas pelo IASB e pelo CPC, que entrarão em vigor em 01/01/2019. A Administração avaliou sua adoção conforme mencionado abaixo: **IFRS 16 – "Arrendamento mercantil":** Essa nova norma define os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de *leases* (arrendamento mercantil) e introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para os arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros. O IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o IAS 17/CPC 06(R1) – "Operações de arrendamento mercantil" e o ICP 03 (IFRIC 4, SIC 5 e SIC 27) – "Aspectos complementares das operações de arrendamento mercantil". A Administração avaliou e não identificou impactos da nova norma, pois não há nenhum contrato nos moldes exigidos pelo CPC-06 R2. **IFRIC 23/ ICP 22 – Incerteza sobre trata-**

mento de tributos sobre o lucro: Esta norma define como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos dos tributos sobre o lucro. A Empresa deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido, ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinadas, aplicando essa interpretação. A interpretação foi aprovada em 21/12/2018 e entrou em vigência em 01/01/2019. Na avaliação da Administração da Empresa, não identificou impactos significativos na adoção dessa interpretação, uma vez que todos os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento dos tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de tribunais administrativos e judiciais. **4. Caixa e equivalentes de caixa** – Os ativos financeiros da Sociedade compõem-se como segue:

	2019	2018
Bancos conta movimento	772	70
Aplicações financeiras*	65.247	37.709
	<b>66.019</b>	<b>37.779</b>

**Aplicações financeiras\***  
**Em moeda nacional:**  
Debêntures 4.618 34.343  
Certificado Depósito Bancário (CDB) 60.629 3.366  
**65.247 37.709**

Para fins de elaboração da demonstração dos fluxos de caixa da Sociedade, são considerados "Caixa e equivalentes de caixa" os saldos das contas de: (i) caixa e bancos; (ii) aplicações financeiras, e possuem vencimentos inferiores a 90 dias ou não possuem prazos fixados para seu resgate, sendo, portanto, de liquidez imediata.

### 5. Contas a receber

	2019	2018
Duplicatas a receber – mercado interno	128.852	26.811
	<b>128.852</b>	<b>26.811</b>

Contas a receber por idade de vencimento

	2019	2018
A vencer:	127.755	26.409
Vencidas:		
Até 30 dias	360	198
De 91 a 180 dias	737	204
	<b>128.852</b>	<b>26.811</b>

A exposição máxima ao risco de crédito da Empresa é o valor das contas a receber mencionadas acima. A Administração da Empresa entende que não há risco efetivo de eventuais perdas de contas a receber que necessite a constituição de Perdas Esperadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD).

### 6. Tributos a recuperar

	2019	2018
PIS – Programa de integração social	99	464
COFINS – Contribuição para financiamento da seguridade social	446	2.112
ICMS a recuperar	64	4
Imposto de renda e CSLL	4.566	903
<b>Total de tributos a recuperar</b>	<b>5.175</b>	<b>3.483</b>

### 7. Outros ativos

	2019	2018
Adiantamento a fornecedores (a)	31.469	15.955
Outros ativos	46	-
<b>Total de outros ativos</b>	<b>31.515</b>	<b>15.955</b>

(a) Referente aos adiantamentos realizados a fornecedores de energia, para o mercado de curto prazo, principalmente de fonte de energia elétrica incentivada.

### 8. Fornecedores

	2019	2018
Nacionais	233	575
	<b>233</b>	<b>575</b>

O saldo de fornecedores nacionais em 31/12/2019, compreende-se basicamente as compras de energias elétrica no mercado interno, em garantia

	Saldo em 01/01/2019	Constituição de tributos diferidos	Realização de tributos diferidos	Ajuste acumulado de conversão	Saldo em 31/12/2019
Outras exclusões temporárias	-	(42.576)	-	-	(42.576)
<b>Total dos tributos fiscais diferidos</b>	-	<b>(42.576)</b>	-	-	<b>(42.576)</b>

**a) Corrente – a pagar:** O imposto de renda e a contribuição social são calculados e registrados com base no resultado tributável, incluindo os incentivos fiscais que são reconhecidos à medida do pagamento dos tributos e considerando as alíquotas previstas pela legislação tributária vigente. **b) Reconciliação dos saldos e das despesas de imposto de renda e contribuição social:** O saldo provisionado e o resultado dos tributos incidentes sobre o lucro estão compostos a seguir:

	2019	2018
<b>Resultado antes dos impostos Adições</b>	<b>152.884</b>	<b>(23.674)</b>
Diferenças temporárias (I)	846.281	-
<b>Exclusões</b>		
Diferenças temporárias (II)	(971.504)	-
Realização de prejuízos fiscais	-	-
<b>Base de cálculo após prejuízo a compensar</b>	<b>27.661</b>	<b>(23.674)</b>

**Tributos sobre o lucro**  
Imposto de renda a pagar (4.816) -  
Incentivos fiscais -  
CSLL a pagar (1.743) -  
**(6.559)**

**(I)** As diferenças temporárias são relacionadas a Marcação/Reversão de AVJ de contratos de energia Imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro foram apurados conforme: O Imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro foram apurados conforme legislação em vigor, em conformidade com a legislação vigente, lei-se Lei nº 12.973/2014. Os cálculos do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e suas respectivas declarações, quando exigidas, estão sujeitos à revisão por parte das autoridades fiscais por períodos e prazos variáveis em relação à respectiva data do pagamento ou entrega da declaração de rendimentos.

**13. Provisão para riscos processuais** – Em 31/12/2019, a Sociedade não possuía processos de natureza trabalhista, civil ou tributário com probabilidade de perda provável e possível.

**14. Patrimônio líquido – Capital social:** O capital social subscrito e integralizado em 31/12/2019 é de R\$ 55.000 (em 31/12/2018 era de R\$ 55.000), dividido em 300.000 (trezentas mil) quotas de capital com valor nominal unitário de R\$ 100,00 (cent reais) cada. **Reserva de lucros:** O lucro líquido do exercício de 2019 de R\$ 103.749 (cent e três milhões secentos e quarenta e nove mil reais) foi destinado integralmente à conta de reserva de lucros, que visa principalmente atender aos planos de investimentos previstos em orçamento de capital e ampliação dos negócios da sociedade. E o prejuízo apurado em 2018 de R\$ 23.674 (vinte e três milhões seiscentos e setenta e quatro reais) foi absorvido pela reserva de lucros.

### 15. Receita operacional líquida

	2019	2018
Receita de venda de produtos – mercado interno	1.098.487	1.614.849
Deduções da receita – impostos incidentes e outros	(111.627)	(163.302)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>986.860</b>	<b>1.451.547</b>

**16. Custos e despesas por natureza** – A Sociedade optou por apresentar a demonstração do resultado por função e apresenta a seguir o detalhamento por natureza:

	2019	2018
<b>Custo dos produtos vendidos</b>	<b>(819.121)</b>	<b>(1.467.478)</b>
Custos da energia	-	(111)
Outros	(819.121)	(1.467.589)

### Relatório do Auditor Independente

sobre as Demonstrações Contábeis

é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distor-

ções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar

duvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 18 de fevereiro de 2020

**Grant Thornton**  
**Grant Thornton Auditores Independentes**  
CRC 25P 025.583/O-1  
**Daniel Gomes Maranhão Junior**  
CT CRC 15P 215.856/O-5

**Administradores**  
**Fernando Galletti de Queiroz** **Frederico Alcântara de Queiroz**  
**Francisco de Assis Ferreira Filho** **Nathan de Mello Fortunato Freire**

**Contador**  
**Vitor Hidalgo Bonafim – CRC SP 258.952/O-0**

**Fluxos de caixa das atividades operacionais**